



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Concurso Público

CARGO:

ANALISTA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PRIMEIRA ETAPA – GRUPO II

CADERNO DE PROVAS

(Aplicação: 11/3/2001)

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES NO VERSO.



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Concurso Público (Primeira Etapa – Aplicação: 11/3/2001)

CARGO: **ANALISTA DE COMÉRCIO EXTERIOR**

GRUPO II

INSTRUÇÕES

- 1 Este caderno consta de **vinte e quatro** questões objetivas, assim distribuídas: **nove** questões de **Direito**, **seis** questões de **Línguas Estrangeiras (Espanhola e Inglesa)** e **nove** questões de **Língua Portuguesa**. Nele, também consta a **Prova Discursiva**, acompanhada de **duas** páginas para rascunho, que são de uso opcional e não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 2 Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que o substitua.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de 0,20 ponto, conforme consta no Edital n.º 1/2000 – MDIC, de 1.º/12/2000.
- 4 Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos, apostilas, réguas, calculadoras ou qualquer outro material.
- 5 Durante as provas, o candidato não deve levantar-se nem comunicar-se com outros candidatos.
- 6 A duração das provas é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação (que será feita no decorrer das provas e incluirá a coleta de impressão digital, conforme o Edital n.º 1/2000 – MDIC, de 1.º/12/2000), ao preenchimento da Folha de Respostas e à transcrição do texto definitivo para a respectiva folha.
- 7 A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes Instruções, nas Folhas de Rascunho, de Respostas ou de Texto Definitivo poderá implicar a anulação das provas do candidato.

AGENDA

- I **13/3/2001** – divulgação do gabarito oficial preliminar das provas objetivas, nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília — e na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br>.
- II **14 e 15/3/2001** – recebimento de recursos das provas objetivas, em locais e horários que serão informados na divulgação do gabarito oficial preliminar.
- III **27/3/2001** – data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial e nos locais mencionados no item I, dos resultados: final das provas objetivas e provisório da prova discursiva.

Observações:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no título **9 DOS RECURSOS** do Edital n.º 1/2000 – MDIC, de 1.º/12/2000.
- Em nenhuma hipótese o CESPE e o MDIC informarão resultado por telefone.
- É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.



GRUPO II

Nas questões de 37 a 60, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: itens **CERTOS** na coluna **C**; itens **ERRADOS** na coluna **E**. A marcação na coluna **SR** na Folha de Respostas não acarretará apenação; servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta. Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **Folha de Respostas**.

DIREITO

QUESTÃO 37

Em 27/12/2000, o presidente da República editou a Medida Provisória n.º 2.088-35, que, além de alterar a Lei de Entorpecentes e o Regime Jurídico Único dos Servidores Civis da União, modificou a Lei da Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429, de 1992), tipificando como ato de improbidade administrativa instaurar temerariamente inquérito policial ou procedimento administrativo e propor ação de natureza civil, criminal ou de improbidade, atribuindo a outrem fato de que o autor da ação o sabe inocente. Referida medida provisória foi maciçamente censurada por juristas e pela imprensa. Contra ela foi ajuizada ação direta de inconstitucionalidade (ADIn) no Supremo Tribunal Federal (STF), em cujos autos a Advocacia Geral da União (AGU) informou que aquele diploma normativo seria reeditado com exclusão dos dispositivos criticados, como de fato veio a ocorrer.

Considerando os fatos acima descritos e o sistema constitucional brasileiro, julgue os itens seguintes.

- 1 Uma vez que a medida provisória mencionada foi alvo de ADIn, ação que é de competência do STF, nenhuma outra ação, de qualquer espécie, poderia ser julgada por qualquer outro órgão jurisdicional, enquanto a primeira não fosse decidida de forma definitiva por aquele tribunal.
- 2 A norma constitucional que fixa a competência ao STF, aí incluído o julgamento de ADIns, deve ser doutrinariamente considerada como apenas formalmente constitucional.
- 3 O ajuizamento de ações, como as ações por ato de improbidade administrativa para a defesa de interesses da sociedade, é garantia que decorre do direito fundamental de acesso à justiça. A Constituição da República em vigor confere especial proteção à forma federativa de Estado, ao voto direto, secreto, universal e periódico, à separação dos Poderes e aos direitos e garantias individuais, os quais são considerados cláusulas pétreas. Não obstante, é juridicamente admissível a aprovação de emendas que alterem as normas constitucionais acerca desses temas.
- 4 Como as normas constitucionais são, antes de tudo, normas jurídicas e como o STF é formado por profissionais do direito com notório saber jurídico, aquele tribunal, ao julgar ADIns e outros processos de sua competência, não deve levar em conta aspectos políticos das normas em debate, senão exclusivamente as dimensões jurídicas delas.
- 5 A despeito de a Constituição reputar o princípio da legalidade como direito fundamental, estatuinto que ninguém será obrigado a fazer ou a deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, é constitucionalmente lícito que medidas provisórias cuidem de assuntos cuja disciplina seja reservada à lei ordinária, o que não significa, por outro lado, que as medidas provisórias possam tratar de quaisquer matérias.

QUESTÃO 38

Mais IR para servidor

O Palácio do Planalto empenhou-se ontem em enfatizar que a derrota do governo comandada pelo Partido da Frente Liberal (PFL), na votação de medida provisória (MP), no dia 31 de janeiro, vai atingir em cheio o bolso dos servidores públicos federais em fevereiro.

Uma tabela divulgada pelo governo demonstra que a rejeição da MP que permitia o pagamento do funcionalismo até o quinto dia útil do mês seguinte ao trabalhado resultará em aumentos de até R\$ 360 no desconto do imposto de renda (IR).

Mas o sindicato dos servidores públicos federais concluiu que o prejuízo momentâneo é pequeno diante dos efeitos positivos a longo prazo. “Apesar desse impacto, a decisão é positiva quando se pensa, por exemplo, no que vamos economizar em cheque especial”, afirmou Luiz Bicalho, secretário da entidade.

Diário de Pernambuco, 2/2/2001, p. A8 (com adaptações).

Considerando o texto acima e a Constituição da República, julgue os itens a seguir.

- 1 Com relação ao que dispõe a Constituição no pertinente às limitações do poder de tributar e considerando que o texto jornalístico acima seja verídico, é correto concluir que a inovação legislativa objeto da reportagem não alterou a legislação do imposto sobre a renda.
- 2 Se a alteração legislativa em questão também atingisse os servidores estaduais da administração direta de uma determinada unidade da Federação, o noticiado acréscimo do IR sobre a remuneração desses agentes públicos reforçaria a receita tributária desse estado e não somente a da União.
- 3 Considerando que os princípios gerais da administração pública encontram-se disciplinados na Constituição, nada impediria, do ponto de vista jurídico-constitucional, que o Congresso Nacional aprovasse lei, em sentido formal e material, disciplinando a sistemática de pagamento da remuneração dos servidores públicos estaduais e municipais, aí incluída a data para a realização dos pagamentos mensais.
- 4 Se a União atrasar, injustificadamente, o pagamento de seu funcionalismo em geral, seus servidores poderão, de forma juridicamente válida, promover a realização de greve com a finalidade de compeli-la ao pagamento, contanto que mantenham em funcionamento os serviços públicos essenciais.
- 5 Apesar de as empresas públicas e sociedades de economia mista federais integrarem a administração pública e de a União, por isso, ter interesse em seu bom funcionamento, não seria juridicamente constitucional que uma MP ou lei criasse incentivos fiscais destinados exclusivamente aos entes daquelas espécies que criassem programas de treinamento profissional para seus empregados, ainda que tal lei fosse regularmente votada pelo Congresso Nacional.

QUESTÃO 39

Acerca da administração pública, julgue os itens abaixo.

- ❶ Segundo um dos fundamentos essenciais da teoria do abuso e do excesso de poder da administração pública, qualquer ato que vá além do suficiente e do indispensável para o atingimento dos fins legais não terá utilidade para o interesse público e poderá acarretar desnecessário gravame para aqueles por ele atingidos.
- ❷ Devido ao regime legal dos poderes da administração pública, que confere a cada agente público a atribuição para a prática de certos atos, as competências administrativas são absolutamente irrenunciáveis e intransferíveis.
- ❸ No processo administrativo, o chamado pedido de reconsideração caracteriza-se por ser dirigido à autoridade administrativa de nível hierárquico imediatamente superior ao da que praticou o ato.
- ❹ O MDIC é exemplo de órgão público desconcentrado, ao passo que o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), que é empresa pública federal, resulta da técnica da descentralização administrativa.
- ❺ Se o presidente da República, como chefe do Poder Executivo federal, constatar, com base em auditorias operacionais do Tribunal de Contas da União (TCU), que determinada autarquia vem sistematicamente descumprindo, ao longo de anos, as finalidades para as quais foi criada e que irregularidades variadas e graves vêm sendo detectadas em seus quadros e se, em face dessa situação, aquela autoridade decidir extinguir a autarquia, bastar-lhe-á, como órgão máximo da administração federal, baixar decreto estabelecendo essa extinção e disciplinando a destinação do patrimônio, do funcionalismo e dos serviços da autarquia.

QUESTÃO 40

Relativamente ao direito administrativo brasileiro, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Sabendo que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) é exemplo de fundação pública, conclui-se que ela tem, segundo a doutrina administrativista, regime jurídico equivalente ao das empresas públicas.
- ❷ Devido à proteção constitucional dos direitos fundamentais, aí incluídos o direito à propriedade e o direito a exercer atividade econômica que não fira a lei, a administração pública não tem legitimidade, no exercício do poder de polícia, para diretamente interromper a exploração de atividade profissional por parte do cidadão; se for o caso, caberá ao poder público requerer ordem judicial com essa finalidade.
- ❸ Considere a seguinte situação hipotética.
Um particular requereu à administração pública alvará de funcionamento para o estabelecimento comercial de sua empresa. Ao requerimento, juntou documento falso. Induzida em erro, a autoridade administrativa concedeu o alvará. Posteriormente, durante revisão dessa atividade, a administração constatou a falsidade e verificou que o particular não poderia, legalmente, obter o alvará pretendido.
Nessa situação, do ponto de vista do direito administrativo, a providência correta por parte da autoridade seria a revogação do ato que concedeu o alvará.
- ❹ Considere a seguinte situação hipotética.
Um cidadão ajuizou ação popular em face da União, por ato atribuído ao MDIC. Nela, o autor dedicou-se a demonstrar que o ato era inoportuno e inconveniente para o interesse público, embora reconhecesse que não feria o direito, pois decorreria de uma das alternativas legais possíveis, de que dispunha a autoridade que o praticara. Ao final, a ação pedia exclusivamente que o Poder Judiciário revogasse o ato.
Nessa situação, o juiz federal deveria julgar improcedente o pedido.
- ❺ Mesmo nos casos em que o ato ilícito disciplinar praticado por um agente público for notório e indiscutível, a autoridade administrativa não pode aplicar a sanção adequada de modo célere, dispensando o processo administrativo disciplinar, sob o fundamento da chamada verdade sabida.

QUESTÃO 41

Quanto ao direito tributário no Brasil, julgue os itens a seguir.

- ❶ Devido ao princípio constitucional da estrita legalidade em matéria tributária, a única fonte juridicamente válida do direito tributário é a lei em sentido formal.
- ❷ Não obstante o princípio da imunidade recíproca, o poder de tributar da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios pode abranger entes da administração pública.
- ❸ Todos os entes políticos componentes da Federação brasileira possuem competência tributária, embora ela não seja ilimitada, uma vez que se submete, por exemplo, ao sistema constitucional; no direito brasileiro, a competência tributária residual é da União.
- ❹ Do ponto de vista formal, o Código Tributário Nacional (CTN) está contido em uma lei ordinária; no entanto, a doutrina e a jurisprudência brasileiras consideram-no como tendo eficácia de lei complementar.
- ❺ Se a legislação de defesa da concorrência estipular que, em caso de infração, um agente econômico será compelido a pagar determinado valor, este, à luz do CTN, terá a natureza jurídica de tributo.

QUESTÃO 42

A respeito do direito tributário, julgue os itens seguintes.

- ❶ O princípio da isonomia em matéria tributária dirige-se eminentemente ao aplicador da lei fiscal, vedando-lhe privilegiar contribuintes em situação semelhante; por outro lado, esse princípio não impede que o legislador livremente estabeleça na lei tratamentos díspares para hipóteses jurídicas.
- ❷ Como a Constituição exige expressamente que os impostos atendam à capacidade contributiva do sujeito passivo, todos os impostos têm de observar tal princípio, necessariamente e em todos os casos.
- ❸ Em razão da necessidade de segurança do contribuinte, no direito tributário não se admite aplicação retroativa de lei.
- ❹ O dever de o cidadão, em certos casos, apresentar anualmente declaração de rendimentos à Secretaria da Receita Federal (SRF) é exemplo de obrigação tributária acessória; embora essa espécie de obrigação acarrete sobretudo o dever de observância de certas condutas, pode vir a gerar também o dever de pagar dinheiro ao fisco.
- ❺ Considere a seguinte situação hipotética.
Um indivíduo era responsável pela construção de determinada obra pública e, por ser desonesto, aproveitou-se das facilidades decorrentes do cargo para desviar, em seu favor, grandes somas do dinheiro pago pela sociedade brasileira. Sua ação ilícita e desavergonhada veio a ser descoberta pelo Ministério Público Federal, que o processou criminalmente e conseguiu a decretação da prisão dele. Simultaneamente, a SRF instaurou procedimento fiscal para apurar a inobservância da legislação tributária. Ao constatar que o indivíduo não declarou os valores de que se apropriara, a autoridade tributária lavrou auto de infração contra ele, pelo não-recolhimento do IR que considerou devido. O criminoso impugnou o auto, sustentando que, como os valores decorreram de ato ilícito, não podiam ser considerados como fato gerador de tributo, pois este não pode incidir sobre o proveito de crime.
Nessa situação, a defesa do contribuinte devia ser rejeitada e julgado subsistente o auto.

QUESTÃO 43

Invocando razões de Estado e motivo de força maior, o chefe de missão diplomática acreditado no Brasil demitiu um motorista brasileiro que trabalhava na representação há mais de dez anos. Após tomar conhecimento da demissão, o Sr. José, o motorista, indagou acerca de seus direitos trabalhistas e o diplomata o informou que a legislação brasileira não se aplica a Estado estrangeiro e que o país que ele representa goza de privilégios e imunidades. Inconformado, o Sr. José buscou orientação jurídica especializada junto a dois advogados.

O primeiro advogado ponderou que: (i) o agente diplomático goza, salvo algumas exceções, de imunidade de jurisdição penal, civil e administrativa; (ii) tal imunidade somente poderia ser afastada mediante renúncia expressa do embaixador.

O segundo advogado, por sua vez, disse que: (iii) a imunidade do Estado estrangeiro não era mais absoluta no Brasil para processo de conhecimento em demanda trabalhista; (iv) a reclamação trabalhista poderia ser proposta, já que um eventual não-comparecimento do Estado demandado implicaria revelia.

Com referência à situação hipotética apresentada, bem como ao tema dos privilégios e imunidades dos Estados, julgue os seguintes itens.

- ❶ A observação (i), do primeiro advogado, está correta, e um exemplo de exceção por ele mencionada é uma ação referente à atividade comercial exercida pelo agente diplomático no Estado acreditado fora de suas funções oficiais.
- ❷ A ponderação (ii), do primeiro advogado, é correta, já que cabe ao embaixador renunciar à imunidade, visto que ele é o representante mais graduado do Estado acreditante no Estado acreditado.
- ❸ A orientação (iii), do segundo advogado, está correta à vista do disposto na Constituição da República, a qual estabelece que compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo.
- ❹ A observação (iv), do segundo advogado, está incorreta, pois não se pode decretar a revelia de Estado estrangeiro que não tenha reconhecido a jurisdição do tribunal.
- ❺ Os funcionários consulares não estão sujeitos à jurisdição das autoridades judiciárias e administrativas do Estado receptor pelos atos praticados no exercício das funções consulares.

QUESTÃO 44

Julgue os itens abaixo, relativos ao valor, à eficácia e à aplicação dos atos e normas internacionais na ordem interna.

- ❶ Para que um tratado internacional seja incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro, é necessária a aprovação pelo Congresso Nacional de lei específica de incorporação.
- ❷ No Brasil, o tratado internacional devidamente incorporado tem estatura de lei ordinária. É o que dispõe a jurisprudência do STF, já que a Constituição da República não trata do tema da hierarquia dos tratados no sistema jurídico brasileiro.
- ❸ Em casos excepcionais, o presidente do Congresso Nacional pode negociar, em nome da República, tratado internacional, desde que o faça *ad referendum* do Poder Legislativo.
- ❹ Tratado internacional pode ser declarado inconstitucional, no todo ou em parte, pelo STF, ainda que tal decisão implique a responsabilidade internacional do Estado brasileiro pelo descumprimento do tratado.
- ❺ A aprovação de tratado pelo Poder Legislativo não vincula a vontade final do Poder Executivo no plano internacional, cabendo tão-só ao presidente da República a ratificação de tratado internacional.

QUESTÃO 45

Julgue os itens que se seguem, relativos à Organização das Nações Unidas (ONU).

- ❶ A Carta de São Francisco, tratado constitutivo da ONU, concede à organização personalidade jurídica de direito internacional.
- ❷ A admissão como membro da ONU está aberta a todos os Estados e organizações internacionais amantes da paz que aceitarem as obrigações da ONU.
- ❸ O Conselho de Segurança da ONU, cuja principal responsabilidade é a manutenção da paz e da segurança internacionais, compõe-se de cinco membros permanentes e de dez membros eleitos pela Assembléia Geral para um período de dois anos.
- ❹ O secretário-geral da ONU, principal funcionário administrativo da organização, tem a última palavra em caso de intervenção armada para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais.
- ❺ Mediante recomendação do Conselho de Segurança e atendendo condições que serão determinadas pela Assembléia Geral, um Estado que não for membro da ONU poderá tornar-se parte no seu principal órgão judiciário, o Estatuto da Corte Internacional de Justiça.

LÍNGUAS ESTRANGEIRAS (ESPANHOLA E INGLESA)

Texto LE-I – cuestiones 46 y 47

Integración

Burocracia traba la adopción de normas

No solo de la creación de normas vive el MERCOSUR. La internalización de las resoluciones aprobadas es un proceso tan lento que motivó una decisión del Consejo del Mercado Común (CMC) este año, estableciendo que las fechas y plazos fijados para su incorporación deben, efectivamente, ser cumplidos. Analistas consideran que cerca del 50% de las normas del MERCOSUR aún no fueron incorporadas por los cuatro países, lo que genera inseguridad jurídica.

“Debido a su propia dinámica, los Congresos de los países miembros tardan en aprobar las normas y resoluciones del MERCOSUR”, afirma el abogado Rodolfo Geneyro, asesor legislativo. En el Congreso argentino, las normas del bloque económico son tratadas de igual manera que las leyes nacionales: tienen que pasar por las comisiones antes de ir a plenaria. Esta burocracia implica, en sí, una cierta morosidad y acaba tocando un punto sensible: el Legislativo no es consultado sobre las decisiones del MERCOSUR, pero es convocado a aprobarlas.

De hecho, no solo la burocracia entorpece el tránsito de las normas y resoluciones. El sistema de registro común de medicamentos similares, por ejemplo, fue aprobado en 1995 y, sin embargo, nunca fue puesto en práctica porque Brasil, contrariamente a los demás socios, no la internalizó. Es un caso en el que existen intereses en contra de su entrada en vigor. El bloque tampoco avanzó en la internalización de normas ya aprobadas para agroquímicos, debido a presiones de multinacionales.

El Código aduanero del MERCOSUR es un ejemplo diferente. El proyecto elaborado por los técnicos del bloque fue considerado tan mal hecho que acabó siendo devuelto por los Congresos a los gobiernos para redactarlo de nuevo. Geneyro comenta: “Es necesario perfeccionar el sistema jurídico del MERCOSUR. Como está, el sistema genera incertidumbres.”

En ese galimatías jurídico conviene aclarar que la internalización de determinada norma en un país no significa que la decisión MERCOSUR esté en vigencia. Un mes después de que el último país comunica a la Secretaría Administrativa del MERCOSUR su internalización, la norma entra en vigor. En Argentina ocurre algo peculiar. Normalmente, el gobierno manda publicar la nueva norma en el Boletín Oficial apenas es aprobada la internalización. Eso despierta polémicas, ya que la publicación en el Boletín Oficial puede representar que la norma está vigente a nivel nacional.

Hamilton Almeida. “MERCOSUR”. In: *Gazeta Mercantil Latinoamericana*, 18/12/2000 al 1.º/1/2001, p. 19 (adaptado).

QUESTÃO 46

En el texto LE-I se afirma que

- ❶ todavía casi la mitad de las resoluciones del MERCOSUR no han sido incorporadas por los cuatro socios del bloque económico.
- ❷ en los Congresos de los países miembros no va despacio la aprobación de las normas del MERCOSUR.
- ❸ en Argentina, tanto los proyectos de ley nacionales como las normas del MERCOSUR recorren los mismos procedimientos y se encajan en un ritmo burocrático similar.
- ❹ a los poderes legislativos de los países miembros se les consulta sobre decisiones tomadas en el MERCOSUR y se les convoca para aprobarlas.
- ❺ ya hubo un proyecto mal elaborado y que los Congresos nacionales lo devolvieron para que se reformulara.

QUESTÃO 47

Se deduce del texto LE-I que, en el MERCOSUR,

- ❶ además de la burocracia legislativa, existen obstáculos que generan dificultades, como el caso de Brasil y los medicamentos similares.
- ❷ hay presión unánime para que se apresure en reglamentar su sistema jurídico.
- ❸ de hecho, se desconoce que interfieran multinacionales con intereses opuestos a las resoluciones.
- ❹ el enmarañado jurídico en el que se encuentra no le crea vacilaciones institucionales.
- ❺ solo entra en vigor una norma una vez que se internaliza en cada uno de los cuatro países del bloque y después que cada uno de ellos haya hecho la comunicación de la internalización a la Secretaría Administrativa del MERCOSUR.

Textiles

Cupos amenazan exportaciones

1 Brasil quiere que EE.UU., su principal mercado después del MERCOSUR, elimine los topes.

4 La crisis argentina, la devaluación del euro y los topes de EE.UU. pueden obstaculizar los planes de exportación de la industria textil brasileña el año entrante. Para terminar el año 2005 con ventas al exterior por aproximadamente 7 \$4,000,000,000.00 de dólares, una de las metas más preciadas de las industrias, 2001 parece decisivo. Con la moneda europea devaluada y la previsible caída del consumo en 10 Argentina — el mayor cliente de textiles brasileños del MERCOSUR, que es el primer mercado de Brasil —, los ojos del sector se fijaron en EE.UU., segundo mayor mercado, 13 hacia donde va el 20% del total de las exportaciones. Y encontraron cupos inferiores a los contratos de venta ya firmados para el próximo año.

16 El caso de las camisetas es bien ilustrativo: el cupo máximo es de 23 millones anuales, pero las empresas brasileñas ya cerraron ventas por 40 millones de unidades 19 para 2001, cantidad ínfima en un mercado valuado en 3 mil millones de piezas.

22 El presidente de la Asociación Brasileña de la Industria Textil y de Confección (ABIT), Paulo Skaf, se dice satisfecho con los resultados obtenidos este año, en el cual la cadena textil facturó del 5% al 6% por encima de los 25 21 mil millones de dólares de 1999, exportó un 24% más (llegando a 1,1 mil millones) y creó casi 50 mil nuevos empleos. Sin contar con la proyección internacional de la 28 moda brasileña, que ABIT apoya con entusiasmo, segura de que invertir en diseño y exportar marcas brasileñas es la mejor forma de hacer que la balanza comercial se incline 31 a favor. “La meta es exportar manufacturados: ropa interior femenina, de cama y mesa y vestuario. Pero con *design*, pues una camisa china vale dos dólares, el precio de un 34 *commodity*, mientras una italiana puede valer más de 40 dólares”, compara Skaf.

Celia Demarchi. “Negocios”. In: *Gazeta Mercantil Latinoamericana*, 18/12/2000 al 1.º/1/2001, p. 29 (adaptado).

En conformidad con el texto presentado, es correcto afirmar que en Español

- ❶ “Cupos” (título) y **ahorros** son sinónimos.
- ❷ “topes” (l.2) y **corchos** equivalen semánticamente.
- ❸ “\$4,000,000,000.00 de dólares” (l.7) se lee **cuatro billones de dólares**.
- ❹ “valuado” (l.19) y **evaluado** son intercambiables.
- ❺ “segura” (l.28) y **convencida** son sinónimos.

WTO and developing countries

The World Trade Organization (WTO) replaced the General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) in 1995. Compared to GATT, the WTO is much more powerful because of its institutional foundation and its dispute settlement system. Countries that do not abide by its trade rules are taken to court and can eventually face retaliation.

The GATT preamble (1947) states that “trade and economic endeavour should be conducted with a view to raising standards of living, ensuring full employment and a large and steadily growing volume of real income”. These basic objectives were reinforced in the Marrakesh Agreement, which established the WTO. Historically, GATT enforced phased-in tariff reductions worldwide. Until the Uruguay Round, which ended in 1994, the trade negotiations focused on nonagricultural goods, mainly because the U.S. wanted to protect its farm sector. Over the years, as the corporate interests of the developed countries have expanded, these countries have also lobbied for more issues to be incorporated into the GATT/WTO. Its agenda now includes agriculture, services (financial, telecommunications, information technology, etc), intellectual property rights, electronic commerce, and, possibly in the next round, investment, government procurement, and competition policy.

Although purportedly a democratic institution, the WTO is dominated by the leading industrialized countries and by the corporations of these countries. The logic of commercial trade pervades the WTO. The development goals articulated when GATT was first formed have been put aside — or are wrongly assumed to be the natural consequence of increased trade. Developing countries have little power within the WTO.

Aileen Kwa. **Focus on the global south**. Internet: <<http://www.foreignpolicy-infocus.org>> Access date: 01/30/2001 (with adaptations).

QUESTÃO 49

According to text LI-I, judge the items below.

- ❶ The main purpose of the text is to discuss the goals of democratic institutions.
- ❷ For more than half a century people have been concerned about settling international trading agreements.
- ❸ Social responsibility was taken into consideration when the objectives of the GATT were set.
- ❹ The initiative of creating a truly democratic organism to regulate international trading has been very successful.
- ❺ The number of items initially dealt with by the GATT and later by the WTO has been expanding over the years.

QUESTÃO 50

In accordance with text LI-I, the GATT

- ❶ enforced simultaneous tariff reductions around the world.
- ❷ laid emphasis on agricultural products to help the United States increase their exportation.
- ❸ was replaced by the WTO in the Marrakesh Agreement.
- ❹ had its basic goals confirmed when the WTO was created.
- ❺ was put aside because it perverted the logic of commercial trading.

QUESTÃO 51

Based on text LI-I one can conclude that the WTO

- ❶ is not as strong as the GATT used to be.
- ❷ has been operating for less than five years.
- ❸ has the means to persuade countries to follow its trade rules.
- ❹ still have delicate matters to be included in its agenda.
- ❺ has been kept free from the lobbies of powerful corporations.

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 52

1 A ciência, como a religião, tem seus profetas, aqueles
que enxergam mais longe do que outros, muito antes do que
2 todos. Claro, as “revelações” vislumbradas pelos profetas da
ciência não têm nada de sobrenatural, visto que elas se
3 baseiam em uma combinação de lógica e de intuição, muitas
vezes alimentadas por observações ou resultados
4 experimentais. Mas, em casos raros, esses profetas
5 descrevem o que posteriormente se constatará ser verdade
de forma tão inesperada que só posso chamá-los de
6 visionários da ciência, os que enxergam sem precisar olhar.

Marcelo Gleiser. “Mais!”. In: *Folha de S. Paulo*, 10/12/2000, p. 27 (com adaptações).

Julgue se as substituições sugeridas nos itens a seguir mantêm a correção do texto, em relação às exigências da língua escrita culta.

- ❶ “do que” (l.2) por **que**
- ❷ “visto que” (l.4) por **porquanto**
- ❸ “baseiam” (l.5) por **baseam**
- ❹ “o que” (l.8) por **aquilo que**
- ❺ “que” (l.9) por **já que**

QUESTÃO 53

O século XXI vai consolidar o que foi **❶**
nos últimos anos. É importante ressaltar que os limites do
homem são os limites de sua criatividade **❷** do
ponto de vista da tecnologia, hoje tudo é possível. O terceiro
milênio significará o grande desafio da inteligência, da
superação e da determinação **❸** na Terra, com
os pés no chão, o homem vença os problemas que
produziram desigualdades, diferenças raciais, desequilíbrios
sociais e guerras. O progresso tecnológico chega para fazer
a vida melhorar **❹** aumentar a qualidade da
existência sobre a Terra. O século XXI insinua desafios
inimagináveis, **❺** a criatividade humana saberá
superá-los em seu próprio proveito.

“Opinião”. In: *Correio Braziliense*, 31/12/2000 (com adaptações).

Julgue se o segmento de texto apresentado em cada item a seguir completa, de forma coerente, coesa e gramaticalmente correta, a lacuna de mesma numeração existente no texto acima.

- ❶ **plantado**
- ❷ **embora,**
- ❸ **, e há esperança de que,**
- ❹ **, isto é,**
- ❺ **já que**

Texto LP-I – questões 54 e 55

1 A modernidade é um projeto que se produz durante o
processo de desenvolvimento e queda do Antigo Regime ou das
monarquias absolutas, enquanto o modernismo poderia ser datado
2 a partir da revolução e da reação conservadora de 1848 e, finalmente,
o pós-modernismo estaria datado a partir dos anos 70 do século XX,
sob os efeitos das mudanças do modo de produção capitalista (a
3 chamada sociedade pós-industrial), do esgotamento da principal
manifestação política do século XX (as revoluções comunistas) e do
4 enfraquecimento de um novo sujeito político que entrou em cena nos
anos 60 do século passado (a contracultura dos movimentos sociais).

De modo bastante simplificado, o liberalismo é o pensamento
predominante da modernidade; o marxismo, do modernismo; e o
5 neoliberalismo, do pós-modernismo. Os modernos e modernistas
estão convencidos de que é possível colocar o particular e o
contingente sob as determinações do universal e do necessário, sem
6 que isso os destrua em sua particularidade e contingência, mas
fazendo-os ganhar sentido mediante a passagem pela universalidade
e pela necessidade. Em contrapartida, os pós-modernos afirmarão a
7 irredutibilidade do particular e do contingente e o caráter ilusório
(mistificador e destrutivo) do universal e do necessário.

Se obedecermos aos critérios dos “paradigmas”, diremos que
8 o liberalismo opera com a lógica da identidade, o marxismo, com a
contradição dialética, enquanto o pós-modernismo neoliberal invoca
a lógica das diferenças para desfazer a antiga idéia da razão. Isso não
9 significa que o liberalismo não tenha lidado com contradições e
diferenças, mas sim que tratou as primeiras como conflito e as
segundas, como diversidade; nem que o marxismo não tivesse
10 operado com identidades e diferenças, mas sim que considerou as
primeiras como aparência e as segundas, como momentos da
contradição; nem, afinal, que o neoliberalismo não lide com
11 identidades e contradições, mas sim que procura reduzir as primeiras
e as segundas a ilusões racionalistas, isto é, a racionalizações da
diferença. Em outras palavras, modernos e modernistas, na tensão
12 entre essencial/acidental, efêmero/eterno, teriam feito a opção pela
Essência contra a Aparência, enquanto os pós-modernos teriam feito
a opção inversa, deslocando o lugar anteriormente atribuído à Ilusão.

Marilena Chaui. In: *Ética*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 383 (com adaptações).

QUESTÃO 54

Em relação ao texto LP-I, julgue os itens a seguir.

- ❶ O objetivo principal do texto é estabelecer a distinção entre a modernidade, o modernismo e o pós-modernismo.
- ❷ Há dois blocos de idéias: o primeiro, de delimitação cronológica, e o segundo, de comparação entre o pensamento de cada uma das correntes focalizadas.
- ❸ Um esquema simplificado das relações citadas no texto pode ser corretamente representado pela tabela abaixo, em que termos relacionados são listados em uma mesma linha.

modernidade	marxismo lógica da identidade	universal necessário	aparência
modernismo	liberalismo contradição dialética	universal contingente	essência
pós-modernismo	neoliberalismo lógica das diferenças	particular necessário	essência

- ❹ Tanto o liberalismo, como o marxismo e o neoliberalismo lidaram com identidades, contradições e diferenças, considerando-as sob a mesma perspectiva.
- ❺ Os pós-modernos fizeram opção pelo neoliberalismo, reduzindo as identidades e contradições a racionalizações da diferença.

QUESTÃO 55

Ainda em relação ao texto LP-I, julgue os itens abaixo.

- ❶ As diferenças ideológicas entre modernos e modernistas são mais acentuadas que entre pós-modernos e modernistas.
- ❷ Na década de 60, entrou em cena um novo sujeito político, que se enfraqueceu em decorrência do modo de produção capitalista pós-industrial, gerado pelas revoluções comunistas.
- ❸ O uso do futuro do pretérito em “poderia” (l.3) e “estaria” (l.5) atenua a rigidez da afirmação, permitindo uma certa flexibilidade de interpretação.
- ❹ O uso da primeira pessoa do plural, como em “obedecermos” e “diremos”, na linha 21, quebra a impessoalidade do texto, tornando-o subjetivo e pessoal, sendo uma forma imprópria para a correspondência oficial.
- ❺ No trecho “a ilusões racionalistas, isto é, a racionalizações da diferença” (l.32-33), as duas ocorrências de “a” são artigos femininos.

Texto LP-II – questões 56 e 57

1 Durante certo tempo, julgou-se que a ciência (como
a sociedade) evolui e progride. Embora evolução e progresso
sejam duas idéias muito recentes — datam dos séculos XVIII
4 e XIX —, são muito aceitas pelas pessoas.

As noções de evolução e de progresso partem da
suposição de que o tempo é uma linha reta contínua e
7 homogênea. O tempo seria uma sucessão contínua de instantes,
momentos, fases, períodos, épocas, que iriam se somando uns
aos outros, acumulando-se de tal modo que o que acontece
10 depois é o resultado melhorado do que aconteceu antes.
Contínuo e cumulativo, o tempo seria um aperfeiçoamento de
todos os seres (naturais e humanos).

13 Assim, evolução e progresso pressupõem: continuidade
temporal, acumulação causal dos acontecimentos,
superioridade do futuro e do presente com relação ao passado,
16 existência de uma finalidade a ser alcançada.

Marilena Chaui. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1997, p. 256-8 (com adaptações).

QUESTÃO 56

Em relação ao texto LP-II, julgue os itens a seguir.

- ❶ O uso da forma verbal e do pronome em “julgou-se” (l.1) configura voz reflexiva.
- ❷ O trecho “— datam dos séculos XVIII e XIX —,” (l.3-4) permaneceria correto se fosse reescrito, entre vírgulas, como **pois datam dos séculos XVIII e XIX**.
- ❸ O emprego do termo “suposição” (l.6) e das formas verbais “seria” (l.7) e “iriam” (l.8) indica que as noções de “evolução” e “progresso” não são mais aceitas hoje em dia por nenhum segmento social.
- ❹ A substituição de “do” (l.10) por **daquilo** altera o sentido original e a correção do período.
- ❺ Embora pertençam ao mesmo campo semântico de “tempo” (l.7), contextualmente as palavras “instantes, momentos, fases, períodos, épocas” (l.7-8) estabelecem uma ordem crescente de duração.

Texto LP-III – questões 57 e 58

1 A Filosofia das Ciências impôs um desmentido às idéias de
evolução e progresso, estudando as mudanças científicas. Há uma
descontinuidade e uma diferença temporal entre as teorias
4 científicas como conseqüência não de uma forma mais evoluída,
mais progressiva ou melhor de fazer ciência, e sim como resultado
de diferentes maneiras de conhecer e construir os objetos
7 científicos, de elaborar os métodos e de inventar tecnologias.
A ciência não caminha em uma via linear contínua e progressiva,
mas por saltos ou revoluções.

Idem, p. 257 (com adaptações).

QUESTÃO 57

Em relação aos textos LP-II e LP-III, julgue os itens que se seguem.

- ❶ A idéia central do texto LP-III é a explicitação da seguinte inferência que pode ser feita a partir das linhas 1 e 2 do texto LP-II: **julgou-se, mas não se julga mais que a ciência evolui e progride**.
- ❷ Na linha 1 do texto LP-III, utilizar um agente inanimado, como é feito com a área do conhecimento “Filosofia das Ciências” em relação a “impôs”, é um recurso de impessoalização do texto, comumente utilizado em dissertações, textos científicos e correspondências oficiais.
- ❸ No texto LP-III, as palavras “evolução” (l.2) e “revoluções” (l.9) estão sendo utilizadas como sinônimas.
- ❹ Pode-se inferir do texto LP-III que “fazer ciência” (l.5) está sendo compreendido como o oposto de “conhecer e construir os objetos científicos, de elaborar os métodos e de inventar tecnologias” (l.6-7).
- ❺ O texto LP-III enfatiza a oposição entre **forma evoluída, progressiva ou melhor e forma diferente** de fazer ciência, de modo que ser diferente não necessariamente significa ser melhor.

QUESTÃO 58

Em relação à estruturação do texto LP-III, julgue os itens seguintes.

- ❶ O uso do sinal indicativo de crase em “às idéias” (l.1) é opcional.
- ❷ O trecho “estudando as mudanças” (l.2) pode ser substituído por **ao estudar a questão das mudanças** ou por **com o estudo das mudanças** e o período permanece correto.
- ❸ Os termos “e sim” (l.5) e “mas” (l.9) podem ser intercambiados um pelo outro e o texto permanece correto.
- ❹ A colocação de vírgula entre as palavras “linear” e “contínua” (l.8) tornaria o texto incorreto do ponto de vista das exigências da língua escrita culta.
- ❺ O último período do texto, sem prejuízo da correção, pode ser assim redigido: **A ciência caminha por saltos ou revoluções e não por uma via linear contínua e progressiva**.

QUESTÃO 59

Julgue os itens a seguir quanto à correção gramatical.

- ❶ Desde à Antiguidade, conhecer sempre foi considerado o meio mais precioso e eficaz para vencer o medo, a superstição e as crendices.
- ❷ No caso da atualidade, o vínculo entre ciência e aplicação prática dos conhecimentos (tecnologias) fez surgirem objetos que não só facilitaram a vida humana (meios de transporte, de iluminação, de comunicação, de cultivo do solo etc.), mas aumentou a esperança de vida (remédios, cirurgias etc.).
- ❸ Do ponto de vista dos resultados práticos, sentimos de que estamos em melhores condições que os antigos e por isso falamos em evolução e progresso. Além disso esses resultados tecnológicos são apresentados pelos governos, pelas empresas e pela propaganda como “signos do progresso” e não da diferença temporal.
- ❹ Em decorrência dessas estratégias, o progresso é, para o cidadão comum que não possui uma visão científica, uma crença ideológica.
- ❺ Do ponto de vista das próprias teorias científicas, a noção de progresso não possui fundamento.

Itens adaptados de Marilena Chaui. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1997, p. 257-8.

QUESTÃO 60

A concentração de poder, riqueza e conhecimento nos países do Primeiro Mundo aumentou. Vai sendo reforçado o círculo de ferro em que os mais ricos investem mais em ciência e tecnologia, tornando-se desse modo ainda mais ricos e mais inalcançáveis. Abertas a empresas multinacionais que controlam a difusão do conhecimento e sujeitas a políticas fiscais restritivas, as economias “em desenvolvimento” chegam ao final do século XX sob a ameaça da exclusão tecnológica ou, no máximo, tentando uma inserção dependente. Estão fadadas ao fracasso na montagem de sistemas criadores de emprego, riqueza e conhecimento.

Folha de S. Paulo, Editorial, 31/12/2000 (com adaptações).

Julgue se os argumentos apresentados nos itens abaixo estão construídos de forma adequada para reforçar as idéias do texto.

- ❶ Os países do Grupo dos 7 mais ricos respondem hoje por 82% do emprego gerado em setores ligados a tecnologias de informação e de comunicação. Cerca de 40% desses empregos estão concentrados nos EUA.
- ❷ Entre os países mais ricos, no decorrer de uma geração, o percentual de adultos com nível de educação secundária passou de 44% para 72%. O percentual daqueles com educação superior passou de 22% para 41%. Em 1997, nada menos que 50% da riqueza e do emprego foram criados em setores voltados para o conhecimento.
- ❸ Os EUA, cuja agência de regulação tecnológica comemora cem anos em março de 2001, gastaram US\$ 250 bilhões em pesquisa e desenvolvimento no ano passado, nada menos que 48% do total gasto em todos os países da OCDE.
- ❹ O apoio governamental à ciência básica continua sendo uma parte significativa do orçamento federal dos países ricos: no Japão, apenas 18% do total do orçamento é gasto em pesquisa e desenvolvimento, seguido pela Alemanha com somente 8% e pela França com míseros 5,5%.
- ❺ As alianças e consolidações entre empresas de países mais desenvolvidos são insignificantes e raras: entre 1991 e 1999, o valor global de fusões e aquisições foi multiplicado por seis, passando de US\$ 85 bilhões para US\$ 558 bilhões. O número de acordos de cooperação passou de mil para mais de 7 mil entre 1989 e 1999.

PROVA DISCURSIVA

Na prova a seguir, que vale **cinco** pontos, faça o que se pede, usando as folhas para rascunho do presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA, no local apropriado, pois **não serão avaliadas provas com texto escrito em local indevido**. Utilize, no mínimo, **trinta** e, no máximo, **sessenta** linhas. Qualquer prova com extensão além da mínima de **trinta** linhas **efetivamente escritas** será apenada, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.

ATENÇÃO! Na FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO, identifique-se apenas no cabeçalho, pois não serão avaliadas as provas que tenham qualquer marca identificadora fora do local apropriado.

O modelo de crescimento industrial e a composição das exportações brasileiras nos últimos anos estão fortemente embasados na dotação de recursos naturais do país. Isso os torna vulneráveis às variações nos preços internacionais de produtos primários e às políticas em relação às importações — tanto por parte do Brasil quanto por parte de outros países — dando origem a dúvidas quanto à sua sustentabilidade no longo prazo.

Considerando as informações acima, redija um texto dissertativo, posicionando-se a respeito do tema a seguir.

A SUSTENTABILIDADE NO LONGO PRAZO DO MODELO DE CRESCIMENTO E DA COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS ATUAIS

Em sua dissertação, deverão ser abordados, pelo menos, os seguintes aspectos:

- abertura do mercado interno às importações;
- protecionismo externo;
- tendências das relações de troca entre produtos primários e industrializados;
- transmissão de progresso técnico.

RASCUNHO – 1 / 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – 2 / 2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	